

"Comece fazendo o que é necessário,  
depois o que é possível, e de repente  
você estará fazendo o impossível".  
(São Francisco de Assis)

## **AGRADECIMENTOS**

**Gostaria primeiramente de agradecer à pessoa mais importante da minha vida, aquela que incentiva nas horas árduas e iluminadas, a pessoa que me ensinou todos os valores que um ser humano coerente e lutador deve carregar, o maior exemplo de perseverança e vitória que eu já presenciei, a pessoa que introduziu-me na vida real, minha única, eterna, admirada e, acima de tudo, amada MÃE. Luciana Marise Cordeiro do Rego Barros Biscaia, grande é você em todos os aspectos: do comprimento de seu nome ao latifúndio do seu coração. Obrigado por nunca desistir de mim, por sempre estar do meu lado e por ser a mulher mais importante da minha vida.**

**Agradeço também aos meus grandes amigos Victor e Wagner, companheiros, de faculdade e fora dela, para vários momentos inexoráveis na minha vida. Amizade em um ambiente é tudo, e estas duas amizades foram criadas aqui e serão levadas para sempre em qualquer canto do mundo.**

**Agradeço a minha orientadora Doralice Lange de Souza pela sua admirável atitude em me ajudar neste trabalho, mesmo pegando “este bonde andando”, mostrou sua competência, profissionalismo e empenho para com seus alunos e o meu projeto. Obrigado pela paciência e por ser uma das responsáveis diretas por isto ter sido realizado.**

**Por fim, quero agradecer a todos meus incentivadores, familiares (Paua, Caco, tio, Mariane, priminha, vovó, tio Gastão, Bisa 100 anos, ...) , meu pai (descanse em paz meu velho, te amo!), amigos (Galera Vila Romana e especialmente pro meu irmão Mussa!), minha fé, minha força interior, meu Deus, meu Paraná, meu Tricolor. Todas as pessoas e coisas que de alguma forma me fortaleceram a nunca desistir e sempre ambicionar coisas grandes. I MADE IT!**

## RESUMO

**Este trabalho se constituiu em um estudo de caso de três clubes do interior do Paraná e teve como objetivo principal destacar as suas formas de sobrevivência, suas dificuldades perante a modernização do futebol a partir dos anos 90 e suas adequações às exigências da Lei Peiê. Esta modernização limitou muitos recursos antes garantidos para os clubes, como o poder sobre a venda e o passe de seus atletas, bem como levou a uma falta de investimentos do empresariado devido à baixa visibilidade dos clubes na mídia. Esta pouca visibilidade foi decorrente de vários fatores que vieram agregados com a profissionalização moderna do futebol, a obrigatoriedade dos clubes de se tornarem empresas e o fim da Lei do Passe. Ao comparar a história dos clubes constatou-se que atualmente os torcedores do interior do Estado já não consomem a marca de seus clubes, uma vez que os últimos não oferecerem administrações fidedignas, encontram-se presos ao amadorismo do passado, e disputam torneios que não interessam ao empresariado investidor e à mídia em geral. A realidade mostra que o futebol atual exige muito mais do que nome. Ele exige organização, profissionalismo e planejamento. Dos três clubes pesquisados, dois deles (Londrina e Operário) ainda não enquadraram-se nas exigências do futebol moderno e enfrentam grandes dificuldades. Apenas um dos clubes (Galo Maringá), com apenas um ano de vida, está enquadrado no futebol-empresa. Para atingir este padrão de futebol-empresa, o Galo Maringá tem desenvolvido um planejamento a longo prazo, buscando dar um passo de cada vez para primeiro conquistar visibilidade estadual e posteriormente nacional. Ele também paga em dia os salários de seus atletas, realiza bastante marketing para atrair torcedores e empresários investidores, além de buscar o resgate da tradição futebolística na cidade de Maringá. Em conclusão pode-se constatar que, coincidentemente, Londrina e Operário, além do extinto Grêmio Maringá, começaram a decair de produção e a passar dificuldades financeiras após os anos 90, quando a modernização do futebol chegou ao Brasil. Com a alta veiculação da mídia, as**

**novas leis que gerem o futebol e a falta de interesse dos torcedores, os times do interior perderam espaço no cenário futebolístico, vivendo hoje em dia sob grandes dificuldades financeiras e estruturais, que serão mostradas neste trabalho.**

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>3</b>
<b>1.0 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2.0 REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>8</b>
2.1 A PROFISSIONALIZAÇÃO DO FUTEBOL NO BRASIL .....	8
2.2 O FUTEBOL COMO ESPETÁCULO .....	11
2.3 HISTÓRIA DO FUTEBOL PARANAENSE NO INTERIOR.....	16
2.4 HISTÓRIA DOS TRÊS CLUBES PESQUISADOS .....	18
2.4.1 OPERÁRIO FERROVIÁRIO ESPORTE CLUBE .....	18
2.4.2 GALO MARINGÁ FUTEBOL CLUBE S/A .....	20
2.4.3 LONDRINA ESPORTE CLUBE .....	22
2.5. LEIS QUE INTERFERIRAM NA MODERNIZAÇÃO DO FUTEBOL .....	24
2.5.1 LEI DO PASSE 6.354/76.....	24
2.5.2 LEI ZICO .....	26
2.5.3 LEI PELÉ: CLUBES X ATLETAS.....	29
<b>3.0 METODOLOGIA .....</b>	<b>33</b>
<b>4.0 ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>35</b>
<b>5.0 CONCLUSÃO .....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>46</b>

## 1.0 INTRODUÇÃO

O futebol paranaense teve seu surgimento em 1903 com Victor Ferreira do Amaral que promoveu as primeiras “peladas” e implantou a afirmação do esporte número um do país no Paraná (CARDOSO, 1977). Desde os primórdios da prática do futebol no país, este esporte era praticado de forma amadora e elitista, com a aceitação de atletas operários e de camadas do proletariado apenas no início dos anos 30 (PRONI, 2000).

No Paraná não foi diferente, e as primeiras partidas oficiais realizadas no estado eram disputadas apenas por clubes de Curitiba e de Ponta-Grossa, mostrando uma segregação aos demais clubes na expansão do esporte no resto do Paraná. Em 1915, quando foi disputado o primeiro Campeonato Paranaense, os times do interior conquistaram o direito de participar do certame e consagrou o campeonato como um dos únicos em que se permitiam clubes da capital e do interior na mesma competição. Apesar disto, o torneio não se caracterizava como um exemplo de democracia no esporte entre regiões, pois clubes da capital e do interior disputavam campeonatos somente em suas regiões, havendo o confronto capital x interior apenas em uma final simbólica. O primeiro clube a se destacar com uma série de seis títulos consecutivos no Campeonato Paranaense foi o Britânia de Curitiba (CARDOSO, 1977).

Desde esta época até meados dos anos 90, o futebol era considerado um esporte profissional, mas seus dirigentes ainda mostravam resquícios do amadorismo de anos passados, fato este que fez ser criada a Lei Pelé, em 1997. Esta lei teve como intuito principal dar autonomia aos clubes a se autodirigirem e se organizarem em clubes-empresas, sujeitando estes às leis do mercado (PRONI, 2000). Porém, não foi considerado nesta lei, o fato de que os clubes denominados “pequenos” (entre estes incluem-se os clubes do interior) não teriam estrutura suficiente para arcar com esta nova modernização do futebol, devido às suas limitações de verba provida por torcedores (não possuem um grande número), exposição à televisão e investimento de grandes empresas, pois o retorno seria imprevisível. Uma das formas mais utilizadas por clubes do interior para sustentar-se

é com a formação de novos atletas e a venda de seus passes para grandes clubes e empresários. Esta forma de aquisição de renda por parte dos clubes foi o principal meio para sustentação do futebol nos clubes pequenos, que estavam protegidos pela Lei do Passe (Lei 6.354/76). Esta lei dava aos clubes autonomia na elaboração de contratos com atletas e seus prazos, autonomia nas negociações e a retenção deste atleta ao clube até o fim de seu contrato. Caso houvesse uma proposta de outro clube para a contratação deste atleta antes do fim de seu contrato, o clube detentor de seu “passe” tinha por direito uma indenização por esta quebra de contrato e inclusive após o término deste. Enquanto não fosse paga a quantia desejada pelo clube detentor, o atleta não poderia se transferir para nenhum outro clube. Na prática, o clube formador do atleta sempre poderia ter algum retorno financeiro sobre seu talento revelado, podendo assim comercializá-lo com garantia. Porém com a Lei Pelé, ficou dificultada a valorização destes atletas pelo clube que o revelou, pois a lei predominante é a lei do mercado, e empresários do futebol e clubes de maior poder aquisitivo tem permissão de pagar um valor maior pelo passe do atleta fazendo este rescindir seu contrato com seu clube formador. Este “pequeno clube” não possui estrutura financeira suficiente para fazer um contrato à longo prazo e a um valor que possa prender o passe do atleta à seu clube, facilitando a vida do empresário (BUDOLLA, 1999).

Diante destas dificuldades presentes na realidade dos clubes do interior, não só do Paraná como do Brasil, esta pesquisa pretende detectar quais são as formas de sobrevivência de três tradicionais clubes de futebol do interior do Paraná ante as novas exigências do futebol moderno (principalmente com o advento da Lei Pelé). Os aspectos abordados nesta pesquisa foram: suas alternativas de arrecadação de recursos financeiros e estruturais (atletas, estádio, centro de treinamento, etc.), táticas de marketing para atrair investidores e torcedores, uma comparação às décadas passadas quando estes clubes possuíam apoios variados para seu subsídio, como ajuda de grandes corporações (chefiadas por grandes empresários apaixonados pelo futebol e pelo clube), autonomia sobre seus atletas, ajuda do poder público da cidade e dos torcedores, que com a rara transmissão de jogos pela televisão na época, tinham o hábito maior de assistir os jogos no estádio. O propósito

desta pesquisa é retratar as mudanças que o futebol moderno, sua legislação e sua exigência de adequação ao mercado impactaram sobre os clubes do interior do Paraná, inclusive sobre gloriosos clubes do passado pertencentes à grandes cidade do interior paranaense, como é o caso dos três clubes que serão retratados neste trabalho.

Inicialmente será realizada uma revisão de literatura abordando os seguintes temas: profissionalização do futebol no Brasil, o futebol como espetáculo, breve histórico do futebol paranaense, breve histórico dos três clubes pesquisados e por fim as leis que interferiram na modernização e nas mudanças do futebol (Lei do Passe, Lei Zico e Lei Pelé). Todos estes tópicos inter-relacionam-se na evolução deste esporte, que é o mais praticado e consumido no Brasil. A seguir será abordada a metodologia desta pesquisa de cunho qualitativo. Resumidamente, esta utilizou como instrumento de coleta de dados uma entrevista com os dirigentes de três clubes tradicionais do interior paranaense: Operário Ferroviário Esporte Clube (Ponta Grossa), Londrina Esporte Clube (Londrina) e Galo Maringá Futebol Clube S/A (Maringá). Por fim, será apresentada a análise dos dados coletados na entrevista e as conclusões do trabalho.

## **2.0 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 A PROFISSIONALIZAÇÃO DO FUTEBOL NO BRASIL**

O futebol regulamentado iniciou sua prática no Brasil por membros de classes trabalhadoras, na região norte e central do país. Este começo da prática regulamentada do futebol no meio operário, ao longo da década de 1870, foi estimulado por diretores de fábricas, donos de minas de carvão e inclusive clérigos. Todo este interesse na prática do futebol por parte dos diretores de fábricas tinha motivos: estimular atitudes e atividades físicas ligadas ao trabalho, como a resistência física, a disciplina e a obediência às normas. (PRONI, 2000).



O futebol, esporte mais praticado no Brasil e considerado a "paixão nacional", tomou-se admirado por todas as camadas da população, desde o pobre até o rico. A desigualdade sempre esteve presente no futebol, caracterizado pela existência de clubes da elite e de clubes pobres sustentados a "duras penas" por apaixonados pelo esporte. Com a popularização do futebol a partir dos anos 30, ocorreu a tentativa de sanar esta desigualdade através da profissionalização, colocando ricos e pobres no mesmo patamar. Seja no meio clubístico quanto no meio "torcedor", o futebol começou a ser tratado como um trabalho, o atleta como uma profissão e o torcedor como um consumidor em potencial.

O profissionalismo do futebol no Brasil só chegou em 1933, porém a crise do futebol amador de elite expressou-se muito claramente já no início dos anos vinte. Desde 1919, quando o Brasil conquistou seu primeiro título sul-americano e os estádios cariocas e paulistas passaram a ser lotados por um público entusiasta, que comprava seu ingresso pra torcer por seus ídolos, começou a se delinear uma situação ambígua. Para contar com uma boa receita das bilheterias, os clubes tinham de formar equipes competitivas e, para isso, precisavam inscrever cada vez mais jogadores oriundos das classes "inferiores". Podemos considerar essa transformação do futebol, ainda no final da década de dez, de esporte reservado à elites em espetáculo popular, como condição (e estímulo) para futura conversão dos torneios amadores em torneios de profissionais. Não se pode deixar de mencionar o papel da Legislação Social e Trabalhista de Vargas, que incluiu o jogador de futebol no rol das profissões que deveriam ser regulamentadas, a partir de 1931, sinalizando positivamente na direção do profissionalismo (PRONI, 2000, p 26)

As duas federações de futebol fortes da década de 30 eram a LCF (Liga Carioca de Futebol) e a APEA (Associação Paulista de Esportes) resolveram implantar o profissionalismo:

Em consonância, APEA e LCF criaram, portanto, a Divisão Especial de Profissionais. Assim, qualquer clube a ela filiado poderia, ao mesmo tempo, ter sua Divisão de Amadores e de Profissionais. Essa foi a forma, a meu vê, mais inteligente de acabar com o amadorismo. Primeiro, porque a Divisão de Amadores não tinha praticamente nenhum apoio administrativo. Além disso, diante do profissionalismo tornara-se desinteressante e sem brilho. Segundo, porque todo bom jogador não pensava em jogar na Divisão Amadora, ele

desejava mesmo era se profissionalizar. Assim, em pouco tempo, o amadorismo tornar-se-ia um acontecimento do futebol romântico de um passado recente. (CALDAS citado por PRONI, 2000, p.37)

Em 1937 a CBD (Confederação Brasileira de Desportos e atual Confederação Brasileira de Futebol) reconheceu finalmente o profissionalismo do futebol, no país. Em troca, a instituição teria a posição de representante máxima e legítima deste esporte no Brasil (PRONI, 2000).

Os dirigentes de clubes brasileiros, bem ou mal, sempre relegaram para segundo plano a utilização de uma estrutura profissionalizada. Em 1979, o então dirigente do Flamengo, Domingos Bosco, realizou uma visita ao Cosmos de Nova York, clube americano que alcançava a média de cinquenta mil espectadores por partida. Domingos voltou ao Brasil com algumas importantes conclusões e idéias para buscar o desenvolvimento do futebol profissional: calendário racionalizado com vinte e quatro times; divisão do calendário de forma que o primeiro semestre fosse destinado para a realização de campeonatos estaduais e o segundo semestre para o Campeonato Brasileiro; diferenciação na cobrança do preço dos ingressos de acordo com a posição ocupada no estádio e a extinção do lucro por parte das federações estaduais (BUDOLLA, 1999).

Anos depois, mais precisamente em 1992, esta tendência do profissionalismo passou a ganhar forma com a chegada da empresa de laticínios Parmalat no mercado nacional. A Parmalat investiu 800 mil reais mensais no Palmeiras (SP) e o ajudou na contratação de grandes craques do futebol brasileiro, proporcionando a este clube uma grande quantidade de títulos nos anos 90 até o ano 2000, quando encerrou-se a parceria. A partir deste exemplo de sucesso através do investimento de grandes empresas, os demais clubes brasileiros despertaram para o futebol profissional. (BUDOLLA, 1999).

A evolução do futebol profissional no Brasil é um exemplo clássico da gravitação inevitável de uma trajetória que está ligada ao jogo com espetáculo de massa. Quanto maiores eram as multidões que aderiam ao futebol, tanto mais a popularidade e a importância de um clube dependiam do seu desempenho de suas equipes de futebol. Estas tornaram-se vitrines dos clubes, que, como instituições sociais e em geral esportivas, concentravam interesses financeiros cada vez maiores. Levar em consideração a "classe" dos jogadores

– mesmo que fosse num sentido puramente esportivo – tornou-se afinal um empreendimento quixotesco (ROSENFELD citado por PRONI, 2000, p.34).

Embora o profissionalismo seja algo anexo e necessário a qualquer esporte de rendimento na atualidade, o futebol tem suas particularidades. Com as novas leis aplicadas ao futebol a partir de 1991, e com toda a influência da mídia e do marketing sobre este esporte, os clubes encontraram-se em um dilema inevitável: ou profissionalizam-se seriamente como empresas, tratando o futebol como um negócio e seus atletas como funcionários; ou precisam arcar com as dificuldades de manter uma postura amadora de administração, atrasando salários, perdendo espaço na mídia, perdendo atletas para clubes organizados e abastados (além de empresários do futebol) e, conseqüentemente, perdendo posições e divisões dos campeonatos que disputam. O profissionalismo do futebol até o final dos anos 70 foi o alicerce para a construção do que é o profissionalismo da atualidade. Assim como o mundo evoluiu em todos os aspectos desde então (incluindo o mercado), o futebol não pôde ser diferente.

## **2.2 O FUTEBOL COMO ESPETÁCULO**

O futebol é um verdadeiro espetáculo, que remete à magia do circo arraigada na comunidade da qual é integrante (BUDOLLA, 1999, p. 15).

Até os anos 80, todas as atividades comerciais envolvidas no futebol profissional estavam destinadas exclusivamente para a sustentação das federações estaduais e a confederação nacional (CBF), não havendo ainda a interferência direta da televisão e das multinacionais. A desigualdade no potencial mercantil entre equipes de pequeno e grande porte conduziu a uma configuração de um esquema de interdependência, no qual as pequenas revelavam jogadores para as grandes e, em troca, recebiam uma compensação financeira. Mesmo tendo se transformado no esporte das massas, o futebol ainda não tinha transmissões televisivas para milhões de pessoas simultaneamente, o espetáculo não era valorizado em milhões de dólares, um time não poderia ter ações negociadas na bolsa de valores e um jogador profissional raramente conseguia fazer fortuna jogando bola. Ou seja, antes da chegada da televisão e do marketing esportivo na transformação do futebol em espetáculo consumido e veiculado

globalmente, antes da interferência de empresas para gerir clubes e seus negócios, a mera existência de um regime profissional, a negociação de “passe” dos jogadores e a venda de ingressos para os jogos não caracterizavam a existência de relações tipicamente capitalistas (PRONI, 2000). Na verdade a prática desigual de interdependência entre clubes pequenos para os grandes não mudou na atualidade. Com a modernização, o profissionalismo, as leis e a avalanche da mídia e do marketing sobre o futebol, os clubes pequenos passaram a depender cada vez mais da venda de atletas para os clubes grandes ou, na nova realidade, para empresários do futebol. Isto acontece devido ao atraso dos dirigentes em se organizarem para as mudanças que o futebol estava passando, quando para estes era mais cômodo o modo antigo de sobreviver, somente da venda de atletas. Com as relações de mercado muito mais avançadas no futebol atual, o investimento de um clube deve ter planejamento e estrutura à longo prazo para que dê resultados, além de um bom subsídio por trás para arcar com as despesas. A venda de atletas ainda constitui-se como uma das principais fontes de renda para um clube de futebol, mas não há mais espaço para ser a única fonte de recursos do futebol moderno. Marketing, exposição do clube através da mídia, e atração de torcedores (consumidores) tomaram-se os novos pilares de sustentação de um clube de futebol.

A diferença da evolução do futebol é visto através de épocas: nas décadas de vinte e trinta, apenas a cobrança de ingressos nos estádios e a contratação de craques entre os clubes colocavam como evidência o profissionalismo dos atletas. Já nos anos oitenta e noventa, a expansão do marketing e as interferências dos parceiros comerciais em exigir uma profissionalização dos dirigentes, além da capitalização dos clubes e a administração dos torneios por empresas, caracterizaram, na teoria, um profissionalismo moderno, efetivo e rentável. Contudo, na prática, estas tendências manifestaram-se de modo peculiar (e defasado) no Brasil (PRONI, 2000).

As primeiras iniciativas de marketing esportivo no futebol não foram fruto da decisão empresarial de um time (ou federação) visando ampliar sua participação no mercado e sim de estratégias audaciosas de empresários que vislumbraram a oportunidade de aproveitar o enorme interesse público pelas partidas. Foi nos EUA que a concepção de negócio privado destinado a um mercado consumidor primeiro adentrou os campos de futebol, com a fundação da NASL (*National American Soccer League*). Esta foi a primeira liga

profissional a implantar uma concepção empresarial moderna de organização esportiva no futebol, tendo provavelmente inspirado a adoção do futebol-empresa na Europa (PRONI, 2000, p.47).

A estruturação do futebol brasileiro iniciou sua caminhada para a modernização quando se viu obrigada a superar a crise dos anos 80. Nesse período, marcado pelo baixo público nos estádios, baixa qualidade dos jogos, campeonatos desorganizados e deficitários, foi colocado abaixo o modelo ineficiente do Estado Militar com a proteção das federações na organização, dando lugar para um modelo inovado, inspirado nas leis do mercado e dos negócios privados. Para exemplificar esta mudança, é nesta época que começou a difundir o aparecimento da publicidade e as logomarcas de empresas nas camisetas dos times de futebol.

A partir daí, o futebol configurou-se em um negócio altamente rentável, impondo novos procedimentos à formação de jogadores, à relação contratual entre jogador e clube, às condutas dos torcedores nos estádios e ao gerenciamento das entidades esportivas. Assim, o futebol definitivamente entrou no rol das empresas privadas com a intenção de auferir lucros. Com essa nova visão (visão empresarial), o grande desafio colocado ao futebol-empresa é converter torcedores em consumidores dos produtos dos clubes, adequando ou transformando estádios em arenas de multiuso, com espaços para lojas, cinemas, shows musicais, museus, bares, restaurantes temáticos e, também, é claro, jogos de futebol (PRONI, 2000, p.53).

Este fato significativo da liberação das logomarcas de empresas patrocinadoras nas camisas dos times de futebol ocorreu em 1981. Os clubes italianos foram os pioneiros na utilização do patrocínio nas camisas, e faturaram quantias de, em média, 500 mil dólares por ano. Embora em cada país o processo de intervenção do governo ou a fiscalização pública da atividade futebolística profissional tenha suas particularidades e sua própria cronologia, este processo de modernização do esporte teve efeito retardado na Europa. Apenas nos anos noventa é que as iniciativas de criar uma legislação específica para o futebol foram disseminadas, obrigando assim os clubes esportivos a transformarem-se em sociedades desportivas comerciais ou a discriminarem periodicamente suas contas aos órgãos competentes. No Brasil este processo chegou no final dos anos noventa com o advento da Lei Zico e, posteriormente da Lei Pelé (BUDOLLA, 1999).

Com a Lei Pelé em vigor, que obrigou os clubes a transformarem-se em empresas, grandes corporações internacionais passaram a investir nos maiores clubes do Brasil. O Vasco recebeu 150 milhões de dólares em uma parceria com o Bank of América, o Corinthians recebeu 20 milhões de dólares da empresa de refrigerantes Pepsi, a ISL, maior empresa de marketing esportivo do mundo, investiu 80 milhões de dólares no Flamengo. Outros clubes também aderiram a essa realidade, e estavam sendo praticamente “comprados” por multinacionais do investidoras no esporte do mundo inteiro. Mas todo esse dinheiro estrangeiro que passa pelas catracas do futebol brasileiro foi expulso de campo. O governo editou em outubro de 1999 uma Medida Provisória (MP) que proibiu uma empresa privada de controlar ou gerenciar mais de um time de futebol. A alegação do governo foi o risco da criação de um cartel formado por grandes grupos estrangeiros (ASSAF, 1999)

Segundo estudo do Professor e consultor de marketing esportivo da Fundação Getúlio Vargas, Luis Fernando Pozzi, o “produto” futebol atrai no Brasil de 70 a 75% dos investimentos na mídia esportiva (sobretudo a TV), o que equivale a valores anuais em torno de US\$ 500 milhões. Levando-se em consideração as demais fontes de receita, o futebol, no Brasil, movimentava cerca de US\$ 2 bilhões/ano. De olho neste mercado, o Clube dos Treze, que reúne as treze maiores agremiações do futebol brasileiro, em 1997 assumiu o lugar da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) na negociação com as tevês dos direitos de transmissão dos jogos do campeonato brasileiro. De acordo com informações divulgadas pela imprensa especializada, em 1998, a Rede Globo e a Bandeirantes teriam pago cerca de US\$ 60 milhões pela exibição do campeonato daquele ano, aumentando o seu investimento para US\$ 70 milhões em 1999 (PRONI, 2000).

E o que a mídia tem a ver com isso? Muita coisa. O maior sonho de um garoto que quer jogar futebol é aparecer na televisão, dar entrevistas, ter seu nome ecoado no estádio pelos torcedores, e aparecer novamente na televisão. Em 2002, quando o garoto Robinho, hoje estrela do Real Madrid, se lançou ao futebol com 17 anos, jamais imaginaria que sua vida desse um salto tão grande. A mídia insistiu em o comparar com Pelé, até porque Pelé com 17 anos tinha sido campeão mundial pela seleção brasileira, e com Robinho a história poderia ser semelhante. A verdade é que a mídia (sem tirar o mérito da capacidade do Robinho em jogar futebol) colocou o garoto no pedestal da fama do futebol brasileiro com uma rapidez impressionante. Em seu primeiro ano jogando no profissional, Robinho sagrou-se campeão brasileiro pelo Santos. O mais

impressionante é que durante todo o Campeonato Brasileiro nunca haviam sequer citado seu nome na mídia, pois quem estava na ponta da tabela era o São Paulo de Kaká. Mas foi só o Santos eliminar o próprio São Paulo com um show do menino Robinho, para todos esquecerem Kaká e São Paulo de uma vez só. Agora a televisão tinha uma nova história para contar, um novo ídolo para promover. Este é apenas um pequeno exemplo da força da televisão e da mídia em geral sobre o futebol. Quando a televisão quer investir, quer mostrar e quer criar um novo craque, ela consegue em poucos minutos de uma matéria.

Estima-se que o futebol brasileiro movimentava algo em torno de US\$ 2 bilhões/ano. Sem dúvida que os valores são altos, todavia insignificantes se comparados com o movimento mundial desse esporte, cotados hoje em US\$ 250 bilhões/ano. O futebol sozinho abocanha  $\frac{1}{4}$  do faturamento mundial da indústria de entretenimento, avaliados anualmente em US\$ 1 trilhão. Em outras palavras: o Brasil que é chamado de o país do futebol, tem uma participação ínfima de menos de 1% do mercado global deste esporte (BUDOLLA, 1999).

O futebol é uma indústria e, como tal, deve ser administrado por profissionais, havendo uma perfeita sincronia entre todos os departamentos, do roupeiro ao presidente, passando pelos departamentos de marketing, técnico, médico e financeiro. Essa administração deve ser exercida por especialistas, profissionais do mercado (BUDOLLA, 1999, p 19). É importante ressaltar que o futebol torna-se empreendimento volátil ao virar negócio, buscando o lucro rápido através dos investimentos. Esta relação investimento-lucro, assim como chegam, retornam à sua gênese na mesma velocidade. Isto implica em dizer, na linguagem futebolística, que pode-se montar um grande time para uma competição e desmontá-lo logo a seguir, pois passada esta, os jogadores estarão valorizados e “prontos” para serem vendidos pela melhor oferta apresentada.

A tendência do futebol-empresa tem afetado diretamente a natureza das competições e o rumo do esporte em vários países do mundo, até mesmo nos países desenvolvidos e propensos para potencializar a comercialização e adotar uma política empresarial da modalidade. Contudo, não existem evidências concretas de que o modelo de futebol-empresa esteja se difundindo e se generalizando no mundo do futebol, mesmo com a mercantilização dos torneios crescendo. De fato, apesar do futebol ter se transformado em um esporte espetáculo altamente explorado e veiculado

pela mídia, principalmente nos países onde o futebol é profissionalizado, a desigualdade na organização dos torneios e na estrutura dos clubes ainda é visível (PRONI, 2000).

### **2.3 HISTÓRIA DO FUTEBOL PARANAENSE NO INTERIOR**

No dia 23 de outubro de 1909 o primeiro jogo de futebol realizado no Paraná, que se teve notícia, teve por local a cidade de Ponta Grossa, considerada hoje berço do futebol paranaense (CARDOSO, 1977). O Campeonato Paranaense se caracterizou, até o início dos anos trinta, em uma disputa regional somente entre os clubes da capital, quando nesta época os clubes do interior não eram reconhecidos como oficiais participantes. Após os anos trinta foi permitida a participação dos times interioranos no torneio estadual, porém estas equipes apenas confrontavam os clubes da capital em uma final entre os campeões regionais (da capital e de outras regiões), onde os clubes de Curitiba sempre levavam a melhor (HISTÓRIA DO FUTEBOL PARANAENSE, s/ ano).

Porém uma nova fase para o futebol paranaense inaugura-se a partir dos anos cinquenta: o Campeonato Paranaense começa a se tornar literalmente estadual, a partir do ingresso das equipes do interior e outras regiões do estado. No mesmo período é criada a Segunda Divisão de Profissionais da Zona Norte, composta de oito times. O campeonato de 1951 tinha nove clubes, dois deles do interior: um era o Jacarezinho, que já tinha participado no ano anterior, e o outro era o Clube Atlético Monte Alegre (CAMA) da cidade de Monte Alegre (HISTÓRIA DO FUTEBOL PARANAENSE, s/ ano).

O Jacarezinho, representante da cidade do Norte do Estado, surpreende em 51 ao montar um time forte e competitivo, destacando-se pelo melhor ataque da competição, por ter aplicado goleadas históricas como um "5x1" sobre o Atlético, em Curitiba, e por ter terminado o certamen como vice-campeão, atrás apenas do Curitiba (HISTÓRIA DO FUTEBOL PARANAENSE, s/ ano).

A, até então, invulnerável hegemonia dos clubes da capital é finalmente quebrada pela primeira vez em 1955. O Clube Atlético Monte Alegre (CAMA), após uma série



melhor de três jogos, empata uma e derrota por duas vezes o Clube Atlético Ferroviário de Curitiba, sagrando-se o primeiro time do interior a ser campeão paranaense (HISTÓRIA DO FUTEBOL PARANAENSE, s/ ano).

A partir daí o interior ganhou força e passou a equiparar-se com os temíveis e estruturados (para a época) clubes de Curitiba. No ano seguinte ao título do CAMA, o Guarani de Ponta Grossa conquista o segundo turno do campeonato estadual, e decide o título com o Coritiba, campeão do primeiro turno. Novamente em uma série de três jogos o Coritiba vence dois e quebra a empolgação interiorana, conquistando mais um título para a capital (HISTÓRIA DO FUTEBOL PARANAENSE, s/ ano).

A década de 60 é marcada pelo auge dos clubes do interior. Tudo começa com o título de 1961 conquistado pelo Comercial de Comélio Procópio. Em seguida Londrina e Grêmio Maringá (por duas vezes consecutivas) conquistam os Campeonatos Paranaenses de 62, 63 e 64 respectivamente. O Maringá ainda decide títulos em 66 e 67, mas em ambos fica com o vice-campeonato, perdendo para os clubes curitibanos Ferroviário e Água Verde (HISTÓRIA DO FUTEBOL PARANAENSE, s/ ano).

Depois destes anos de ouro, o futebol do interior enfrentaria quase uma década de declínio. Somente em 1977 haveria uma nova decisão contra clubes da capital. Novamente o Grêmio Maringá é o protagonista. Saindo de uma repescagem, quebra uma série de títulos do Coritiba. Numa decisão em dois jogos, o "Galo" chega ao título, vencendo a primeira partida e empatando o jogo da volta, em Curitiba (HISTÓRIA DO FUTEBOL PARANAENSE, s/ ano).

Nos anos oitenta há uma pequena reação dos clubes do interior, após um longo jejum de títulos. Em 1980 o Cascavel divide o título com o Colorado de Curitiba em uma decisão conturbada e polêmica. Em 1981 o Londrina conquista seu segundo título ao realizar uma campanha irreparável, chegando ao final do campeonato com nove pontos a frente do segundo colocado. A final foi marcada pelo grande clássico do Norte do Paraná: Londrina x Grêmio Maringá, o chamado "Clássico do Café". Pela primeira vez na história dois times do interior decidem o torneio estadual, e o "Tubarão" vence os dois jogos, sendo o jogo do título em Londrina assistido por 43 mil pessoas no Estádio do Café (HISTÓRIA DO FUTEBOL PARANAENSE, s/ ano).

O Londrina foi protagonista de outra decisão entre clube do interior em 1992. Após eliminar o Atlético e o seu rival na final, o União Bandeirantes eliminar o Paraná Clube nas semi-finais, as duas equipes realizaram três jogos emocionantes na disputa do título. As primeiras duas partidas terminaram em empate, adiando a finalíssima para um terceiro jogo na cidade de Londrina, com o Estádio do café tomado por 32 mil pessoas. O Londrina venceu por 1x0 e comemorou seu terceiro título paranaense, tomando-se a grande força do interior (HISTÓRIA DO FUTEBOL PARANAENSE, s/ ano).

Após este título de 1992, o interior nunca mais conseguiu êxito nos campeonatos regionais. Desde 1993 até hoje os três clubes da capitã (Atlético, Coritiba e Paraná Clube) revezaram-se na conquista dos títulos estaduais, e o interior coincidentemente (?), após a modernização do futebol, não mais conseguiu seu espaço no mais alto degrau do futebol paranaense.

## **2.4. HISTÓRIA DOS TRÊS CLUBES PESQUISADOS**

### **2.3.2 Operário Ferroviário Esporte Clube**

Ponta Grossa faz parte fundamental da história do futebol paranaense por ter sido uma das cidades pioneiras na prática deste esporte no estado. Casa de um dos primeiros times de futebol do Paraná, o Tiro de Guerra, Ponta Grossa foi palco da fundação do segundo clube mais antigo em atividade do Paraná: O Operário Ferroviário Esporte Clube.

Resultado da fusão entre o time da Rede Viação Paraná-Santa Catarina e alguns jogadores do Riachuelo Sport Clube, o Operário foi fundado em 1º de maio de 1912. Já no ano seguinte o jornal pontagrossense Diário dos Campos, trazia em primeira página a seguinte matéria (HISTÓRIA DO OPERÁRIO, s/ ano):.

*“Temos a honra de levar ao vosso conhecimento que hoje, em Vila Oficinas, com grande número de pessoas propensas a fundação de uma sociedade esportiva de foot ball, em sessão ordinária foi eleita a primeira diretoria desta associação denominada de Foot Ball Clube Operário Pontagrossense, que deverá reger os destinos do mesmo durante o primeiro ano de sua fundação.”*

O Operário foi um clube marcado por algumas mudanças em seu nome original. Já foi chamado de Foot Ball Clube Operário Pontagrossense, Operário Sport Club e , em 1933, após uma fusão com o Club Atlético Ferroviário de Ponta Grossa, o Operário agregou o sobrenome “Ferroviário”, tornando-se Operário Ferroviário Esporte Clube. Mesmo com estas modificações em seu sobrenome, o Operário carrega a honra de ser o mais antigo clube do interior a ter o mesmo nome desde a sua fundação (Operário) (HISTÓRIA DO OPERÁRIO, s/ ano).

Esta influência dos ferroviários se fez presente como fator importantíssimo na formação das equipes de futebol do clube e também na construção e crescimento do maior e atualmente único patrimônio do clube: o Estádio Germano Kruger. Estádio este que pertenceu à Rede Ferroviária bem como os terrenos da sede social (HISTÓRIA DO OPERÁRIO, s/ ano).

De 1916 até 1991 o Operário se tornou uma grande força do interior, conquistando títulos e batendo de frente com os grandes clubes da capital. Chegou a receber o apelido de “Fantasma da Vila” nos anos 50 e 60, por “aterrorizar” em seu estádio os clubes de Curitiba. Dentre os principais títulos do Operário destacam-se: (HISTÓRIA DO OPERÁRIO, s/ ano).

- 1916 – Campeão da Liga Sportiva Paranaense. As equipes foram divididas em 1ª divisão, somente com os times da Capital e 2ª divisão com equipes da Capital e Interior.
- 1956 – Este ano marcou o início do profissionalismo, conquistando o Torneio Início do Estadual ao vencer na decisão o Água Verde.
- 1961 – Principal título da história do clube, Campeão da Zona Sul.
- 1969 – Último título do profissionalismo, campeão da Segunda Divisão do Campeonato Paranaense (HISTÓRIA DO OPERÁRIO, s/ ano).

Em 1979, após o inchaço de clubes no Campeonato Brasileiro promovido pela antiga CBD, o Operário participou pela primeira vez de uma competição nacional. (HISTÓRIA DO OPERÁRIO, 2005).

Em 1981, o Operário participou do quadrangular final do Campeonato Paranaense, com grande campanha (HISTÓRIA DO OPERÁRIO, s/ ano).

Em 1989, voltou a disputar o Campeonato Brasileiro, na segunda divisão e em 1990 ficando em 3º lugar, faltando pouco para chegar à Primeira Divisão (HISTÓRIA DO OPERÁRIO, s/ ano).

Entre 1990 e 1991 o clube ficou entre os três primeiros colocados no Campeonato Paranaense, assustando novamente os grandes da Capital (HISTÓRIA DO OPERÁRIO, s/ ano).

Após 1991, o Operário passou a enfrentar dificuldades financeiras, e acabou tendo que se afastar do futebol profissional e das competições oficiais. Em 1999 foi tentado reerguer o clube através de uma parceria com o segundo clube da cidade na época, o Ponta Grossa Esporte Clube. O Operário agora se chamava Operário/Ponta Grossa e esta parceria veio com o objetivo de recolocar o clube e a cidade no cenário esportivo novamente. A união durou até o ano 2000 quando foi encerrada a parceria. Em 2004 foi realizada uma nova tentativa de ressuscitar o Operário Ferroviário, através de uma parceria com a Prefeitura Municipal, que restaurou o Estádio Germano Kruger. Foi formado um grupo gestor entre a prefeitura e o clube. O time disputou a segunda divisão do Campeonato Paranaense e não conseguiu passar da primeira fase. Em 2005, após duas tentativas frustradas de parceria, o Operário voltou a disputar a segunda divisão com os próprios esforços, com o objetivo maior de voltar a ser parte da elite do futebol paranaense (HISTÓRIA DO OPERÁRIO, s/ ano).

### **2.3.2 Grêmio Maringá/ Galo Maringá Futebol Clube S/A**

No ano de 1961 nascia na cidade de Maringá o Grêmio Esportivo Maringá. Clube este criado para inserir o esporte mais popular do país na “cidade canção”. As cores preto e branco foram escolhidas para representar o clube, que já nos seus primeiros anos de vida deu muitas alegrias aos seus torcedores (GALO MARINGÁ FUTEBOL CLUBE – HISTÓRIA, s/ ano).

No dia 28 de setembro de 1962 aconteceu o primeiro jogo oficial do Grêmio Maringá contra uma equipe profissional. No mesmo ano foi inaugurado o estádio Willie Davis, um dos maiores símbolos da cidade de Maringá, também chamado de “estádio dos

eucaliptos". Em 1971 o Grêmio passou a ter o carinhoso apelido de "Galo de Ouro" (GALO MARINGÁ FUTEBOL CLUBE – HISTÓRIA, s/ ano).

O Grêmio foi um marco na cidade de Maringá, conquistando títulos do campeonato estadual em 63, 63 e 77, além de realizar boas campanhas em competições nacionais. Em 1988 o Grêmio disputou pela primeira vez o Campeonato Brasileiro da segunda divisão, após permissão da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) (GALO MARINGÁ FUTEBOL CLUBE – HISTÓRIA, s/ ano).

Além dos títulos de 63 e 64, o Grêmio teve outras proezas na década de 60. Venceu as seleções da Rússia e da Romênia em amistosos internacionais, além de ter realizado um jogo preliminar da Seleção Brasileira nas eliminatórias da Copa do Mundo de 1970. A primeira fase do Grêmio Maringá encerrou em 1971, quando o Maringá Esporte Clube foi criado (além do Maringá Esporte Clube, a cidade teve o Maringá Atlético Clube em 1989/1990 e o Maringá Futebol Clube de 1995 a 2000) (GALO MARINGÁ FUTEBOL CLUBE – HISTÓRIA, s/ ano).

O Grêmio foi ressuscitado em 1974, porém o time disputou o Campeonato Paranaense daquele ano todo na cidade vizinha de Marialva, devido à reformas no seu estádio Willie Davis. Em 1980 o Grêmio atingiu o estágio máximo do futebol brasileiro ao disputar a primeira divisão do torneio nacional, jogando contra os principais times do país (GALO MARINGÁ FUTEBOL CLUBE – HISTÓRIA, s/ ano).

O Grêmio Maringá é uma das forças do futebol do interior do Paraná, representando uma cidade com mais de 300 mil habitantes e um pólo econômico estruturado a partir de imigrantes japoneses, no Noroeste do Estado (GALO MARINGÁ FUTEBOL CLUBE – HISTÓRIA, s/ ano).

O grande período do Grêmio Maringá e da história do futebol na cidade coincidiu com o auge da cafeicultura. Na década de 60, o Grêmio sagrou-se bicampeão estadual, em 1963 e 1964, e conquistou o Torneio Roberto Gomes Pedrosa em 1968. Essa cobiçada competição nacional reuniu clubes do Centro-Sul, Norte e Nordeste do País, que não disputavam o Campeonato Brasileiro da época. Na decisão, o Grêmio derrotou nada menos que o Santos, de Pelé (GALO MARINGÁ FUTEBOL CLUBE – HISTÓRIA, s/ ano).

Em 1981, disputou o título do Campeonato Paranaense com o seu maior rival, o Londrina, mas acabou perdendo o título. Em 1996, melancolicamente o Grêmio foi rebaixado para a Segunda Divisão do Campeonato Paranaense. Conseguiu subir para a primeira divisão novamente em 2001, sendo campeão invicto da segunda divisão estadual. Em 2002, o clube foi vendido ao empresário Aurélio Almeida, por R\$ 260 mil, e se transformou em Grêmio Maringá Sociedade Civil. Porém a administração do novo clube não surtiu efeito e o clube foi novamente rebaixado em 2004. O empresário Aurélio Almeida deixou a administração do clube e assim acabava, de forma lamentável, o glorioso Grêmio de Esportes Maringá. (GALO MARINGÁ FUTEBOL CLUBE – HISTÓRIA, s/ ano).

Em 2005, com o apoio de alguns empresários e empresas locais, nasceu o Galo Maringá Futebol Clube S/A. O clube contava com um planejamento estratégico, folha de pagamento reduzida e em dia, já fundada com o intuito de atender às exigências do futebol empresa, colhendo resultados com a conquista da série prata e o acesso à 1º divisão do paranaense em 2006 (GALO MARINGÁ FUTEBOL CLUBE – HISTÓRIA, s/ ano).

O planejamento estratégico para os anos seguintes está na formação de uma equipe de ponta, que possa conseguir resultados positivos nos campeonatos de 2006, galgando ainda para o próximo ano, disputar a série C do Campeonato Brasileiro e disputar uma vaga para a Copa do Brasil em 2007 (GALO MARINGÁ FUTEBOL CLUBE – HISTÓRIA, s/ ano).

### **2.3.3 Londrina Esporte Clube**

A história do Londrina começou num dia em que um grupo de esportistas da cidade resolveu ir a Rolândia para assistir um amistoso entre o Nacional e o Vasco da Gama, do Rio de Janeiro. José Luciano de Andrade (cujo o irmão havia fundado o Nacional de Rolândia), Wallid Kauss, Pietro Caloni e Doan Álvares Gomes tiveram a idéia:

“Vamos criar um time em Londrina e não precisaremos mais ir a Rolândia para ver bom futebol!”.

A idéia vingou e no dia 5 de abril de 1956, no Monções Hotel, era lavrado o ato de fundação do Londrina Futebol Clube. Neste dia também foram escolhidas as cores do novo clube: azul e branco (MATHEUS, 1994).

O primeiro jogo aconteceu em 24 de abril o autor do primeiro gol da história do Londrina foi o carioca Alaor. Ele converteu o gol o empate (1 x 1) diante do Corinthians de Presidente Prudente (SP), no estádio VGD (Vitorino Gonçalves Dias) (MATHEUS, 1994).

O acesso para as decisões veio em 1959 com o título da Zona Norte que empurrou o “Tubarão alviceleste” para uma final contra o Coritiba, que foi o campeão, mas recebeu o troco três anos depois. Em 1962, o Londrina, do atacante Gauchinho e do artilheiro Paulo Vecchio, deu sua primeira volta olímpica com a taça do Campeonato Paranaense numa vitória sobre o Coritiba (4 x 2) em pleno Belfort Duarte (hoje Couto Pereira): havia um grande time em Londrina (MATHEUS, 1994).

Em 1961, um ano antes do seu primeiro título, o Londrina teve que alterar seu nome. Buscando uma área para sua sede de campo, o clube recorreu ao então governador Moisés Lupion. Da conversa, o presidente do Londrina Futebol Clube, Carlos Antonio Franchello, ouviu que o Estado não poderia ceder um terreno a uma equipe de futebol profissional. Entrou em cena o Londrina Futebol e Regatas (MATHEUS, 1994).

No final da década de 1960, o Londrina Futebol e Regatas se fundiu ao Paraná Esporte Clube, ambos endividados e sem elenco competitivo. A união resultou no Londrina Esporte Clube, inicialmente com as cores da bandeira, vermelho e branco. Porém, uma derrota para o extinto Seletto (2 x 1), em Paranaguá, fez Franchello propor a volta do alviceleste (MATHEUS, 1994).

De novo com o azul na camisa e com Franchello na presidência, veio um período inesquecível sugerido no apelido: Tubarão, inspirado no filme de *Steven Spielberg*. A equipe impôs respeito diante dos grandes da capital em 1976 e disputou o Brasileiro do ano seguinte, quando foi o quarto colocado, eliminando grandes equipes como Flamengo, Santos, Corinthians e Vasco. A boa fase ainda rendeu o título da segunda divisão nacional, a antiga Taça de Prata, em 1980. Esta final teve um gosto especial: duas vitórias sobre rival Grêmio Maringá (MATHEUS, 1994).

Nos anos 90, em outra final interiorana, Londrina, liderado pelo experiente meia Tadeu, festejou sua terceira conquista estadual, em cima do União Bandeirante. Após dois empates (2 x 2 e 0 x 0), o zagueiro João Neves decreta a vitória (1 x 0), que iniciou um carnaval no estádio do Café (MATHEUS, 1994).

Infelizmente, hoje o cinquentenário Tubarão vive uma grande crise: sequer tem vaga assegurada na terceira divisão do Brasileiro (foi rebaixado da Série B em 2004) e sofre a ameaça de perder sua sede campestre para pagar dívidas trabalhistas. No entanto, continua sendo dono da maior sala de troféus do interior paranaense e de uma história que ensinou seus adversários a o respeitarem em qualquer situação.

## **2.5 LEIS QUE INTERFERIRAM NA MODERNIZAÇÃO DO FUTEBOL**

### **2.5.1 LEI DO PASSE No 6.354/76**

A legislação desportiva brasileira começou a ser sistematizada em 1941, pelo Decreto-Lei nº 3.199, que permaneceu em vigor por mais de 30 anos, até que sobreveio o Decreto-Lei nº 6.251/75, editado pelo presidente Geisel (SESMA, 2003).

Em 1976 surgiu a Lei 6.384/76, a chamada Lei do Passe, que disciplinava a relação trabalhista entre o atleta profissional de futebol e os clubes. A definição de “passe” foi estipulada no artigo 11, com o seguinte conceito:

“Art. 11. Entende-se por passe a importância devida por um empregador a outro, pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois de seu término, observadas as normas desportivas pertinentes”.

A relação da Lei do Passe entre os clubes, nada mais era que a quantia paga por um clube à outro para comprar os direitos federativos de determinado atleta, e concretizar sua transferência.(BRUGSTOLINI, 2006).

O passe representa a mais valiosa moeda de troca entre os clubes, pois é de seus atletas que um clube se sustenta basicamente. A Lei do Passe consistia em: uma vez firmado um contrato entre o atleta e seu clube, este atleta teria que cumprir todo o período estipulado na assinatura de seu contrato, não podendo se transferir para outro



clube enquanto não fosse pago o valor de seu passe ao seu clube detentor. Ao contrário de um trabalhador comum, o atleta de futebol teria por obrigação manter vínculo com seu clube até mesmo depois de expirado seu contrato, podendo apenas se transferir caso outro clube comprasse seu passe. Parece uma relação meio escravagista, mas foi assim que os atletas eram “amarrados” aos clubes, enquanto que estes tinham sempre garantido algum retorno financeiro, o passe de seus jogadores.

Para mudar essa realidade, no dia 24 de março de 1998, foi sancionada no Brasil a Lei 9.615/98, a chamada Lei Pelé, que já veio com a extinção da Lei do Passe. A Lei Pelé passou a dar permissão ao atleta se transferir para outro clube após o encerramento de seu contrato de trabalho com seu clube anterior. Em conflito com a antiga Lei do Passe, quando não era permitido a mudança de agremiação por parte do atleta até que fosse pago o valor de seu passe, mesmo depois do término de seu contrato, agora o fim do contrato é que determinava a liberdade do atleta em se transferir para qualquer outro time. Para os clubes de futebol esta lei foi encarada com grande insatisfação, pois estes não mais receberiam qualquer compensação financeira caso o contrato de seu atleta expirasse e outro clube firmasse um novo contrato para levar este atleta (BRUGSTOLINI, 2006).

Atualmente os contratos de trabalho entre atletas e os clubes, garantem somente uma compensação financeira aos clubes detentores do passe, caso este contrato seja quebrado antes de sua data de expiração. Se por exemplo, um clube B tem interesse de contratar determinado jogador, e este atleta ainda tiver vínculo contratual com o clube A, este atleta só poderá quebrar seu contrato e se transferir para o clube B mediante o pagamento de uma multa rescisória pré-estabelecida em seu contrato com o clube A. Agora, se este contrato termina e o clube A não renová-lo, este atleta fica livre para se transferir à para o clube B ou qualquer outro clube, sem a obrigatoriedade deste clube pagar qualquer indenização ao clube A. (BRUGSTOLINI, 2006).

A partir daí ocorreram presenças maciças de dirigentes tentando defender e manter a antiga Lei do Passe. Obviamente isto ocorreu porque os clubes não tinham mais o poder soberano sobre seus atletas, e firmar um contrato agora tinha se tornado uma aposta às escuras, onde o atleta poderia se destacar, esperar o encerramento de seu contrato e transferir-se para outro clube sem que seu clube formador recebesse “um

centavo” sequer. O clube formador teria de firmar um contrato a longo prazo e o atleta arriscaria não corresponder às expectativas, e mesmo assim a lei obrigava seguir a risca o contrato assinado, fazendo o clube pagar pelo salário do jogador até o fim do seu contrato (GRANDA, 2006).

Num exemplo próximo da realidade dos clubes pequenos, estes ainda podiam sobreviver do passe de uma grande revelação formada no clube. O atleta, de acordo com a Lei do Passe, não poderia ir para outro clube sem que fosse paga a importância ao seu clube formador. Simplificando, vamos supor que o Operário tivesse em seu elenco um jogador de grande habilidade e um futuro promissor. Este jogador se destacaria e teria seu passe valorizado e um valor estipulado pelo Operário. De acordo com a antiga Lei do Passe, este atleta não poderia sair do Operário, mesmo que encerrasse seu contrato, sem receber o dinheiro que lhe seria de direito pela compra do passe. Com a nova Lei Pelé, assim que acaba o contrato do atleta, este pode negociar com qualquer outro clube ou empresário e o Operário nada ganharia em cima dessa negociação, pois o contrato já estaria expirado. O clube apenas tem por direito receber uma compensação financeira caso o atleta se transfira para outro clube antes do término do seu contrato com o Operário.

#### **2.4.2 LEI ZICO**

Com a conceituação de futebol profissional crescendo, a modernização começou a ser discutida e imposta através da criação da Lei Zico.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a garantia da autonomia das entidades dirigentes e associações esportivas quanto à sua organização e funcionamento, considerando que o Estado não devia exacerbar em seu poder normativo. E com a redefinição completa do sistema desportivo nacional, inscrita na Constituição, tornou-se evidente o arcaísmo e a extemporaneidade da Lei 6.251/75. Era urgente, por isso, a elaboração de uma nova lei de normas gerais para o desporto (PRONI, 2000).

Com a difusão cada vez maior da gestão comercial no esporte de alto rendimento, a necessidade de alterações de ordem jurídico-institucional gerou debates para facilitar a autonomia e a independência econômica das sociedades desportivas. Tratava-se de

introduzir e modernizar as relações cotidianas entre os clubes, adequando-os às relações empresariais (PRONI, 2000).

O Projeto Zico tinha como objetivo regulamentar a presença de empresas e suas implicações de comercialização no futebol profissional. Encaminhado para apreciação do Congresso Nacional em 1991, o Projeto Zico pretendia acabar com a “Lei do Passe” e regulamentar novas formas de contratos trabalhistas entre clubes e atletas profissionais, dando autonomia para ambas as partes nas negociações (PRONI, 2000).

No final de 1990, o então Secretário Nacional de Esportes Artur Antunes Coimbra (Zico) propôs os princípios centrais de sua lei. Zico propôs a transformação obrigatória dos clubes em empresas esclarecendo que esta medida estava dando resultados positivos em países europeus. Esta transformação previa três opções para as equipes brasileiras: 1- transformar-se em sociedade comercial de natureza desportiva; 2- constituir sociedade comercial de natureza independente, controlando a maioria do seu capital com direito a voto; 3- contratar sociedade comercial para gerir suas atividades profissionais (PRONI, 2000).

O projeto tinha como uma das metas principais obrigar os clubes e federações a incorporarem métodos empresariais de gestão, tentando assim solucionar os seus problemas financeiros, e estimular a cobiçada revolução do futebol brasileiro (PRONI, 2000).

A grande preocupação da lei e sua obrigatoriedade de clubes virarem empresas, foi para com os clubes pequenos que perderiam suas regalias ilegais e isenções fiscais. Esta perda poderia acarretar em mais dívidas aos clubes menos abastados e poderia fazer com que estes fechassem suas portas. A razão de tudo isto é devido ao pouco recurso que estes clubes possuem para manter uma equipe profissional, e por não disputarem campeonatos economicamente viáveis (disputam apenas os deficitários campeonatos estaduais e uma pequena parcela disputa divisões inferiores do Campeonato Brasileiro), não podem almejar uma visão empresarial, pois não haverá visibilidade do clube e conseqüentemente não haverá investimento neste. O fim da Lei do Passe também foi temido por poder levar estes clubes à falência, pois perderiam a autonomia e poder sobre seus atletas, mesmo após o fim de seu contrato.

Ao mesmo tempo, a transformação dos clubes em empresas diminuiria o controle dos Conselhos Deliberativos sobre o departamento de futebol, o que em alguns casos eram vistos com muita resistência. Temendo uma nova interferência do Estado em suas atividades, a CBF antecipou-se à votação do Projeto e alterou os seus estatutos, em 1991, assegurando a continuidade de sua diretoria e estendendo o seu mandato para quatro anos (PRONI, 2000).

A CBF temia que, com a autonomia dos clubes a se organizarem e a não interferência do Poder Público, perderiam seu poder e soberania sobre o futebol. Os grandes clubes do país (como a organização Clube dos Treze, entidade que reúne os maiores clubes do país) poderiam unir-se para criar ligas e campeonatos paralelos, gerando formas de enriquecimento (a mídia valorizaria os clubes de maior torcida) e criando um poder paralelo no futebol brasileiro. Diante desta ameaça, foi por esta razão que a CBF antecipou a votação da Lei Zico e estendeu seu mandato por mais quatro anos, garantindo e mostrando quem realmente manda no esporte dos brasileiros.

A Lei Zico não obrigava os clubes a se tomarem empresas, mas disponibilizava opções para que os clubes desenvolvessem novas formas de administração, mais voltada para o mercado e para uma profissionalização do departamento de futebol. Como estas medidas empresariais não foram adotadas pelos dirigentes, outras formas de captação de receitas foram utilizadas pelos clubes, como a implantação dos bingos ligados ao futebol. Esta foi uma das falhas da Lei Zico, pois não foi incluído no texto um artigo para limitar as formas de arrecadação financeira dos clubes.

A Lei Zico foi apenas o primeiro passo de um processo que se estenderia por toda a década. Assim, apesar das adulterações no projeto modernizante originalmente concebido pelo Governo Federal terem deixado a modernização inconclusa, mudanças significativas do ponto de vista do mercado e das estratégias de concorrência das maiores equipes foram sendo implementadas (PRONI, 2000).

A iniciativa de modernizar o futebol através de uma legislação específica para o esporte foi encarada com boa e má receptividade. Ao mesmo tempo que muitos dirigentes se mostravam contrários com o novo caráter comercial do futebol e a revogação da Lei do Passe, a idéia era interessante no ponto de vista da transparência na administração do futebol. Um dirigente teria de adequar seu clube às leis do mercado, ele teria de aprender noções de comercialização e profissionalismo na gerência, e seus atletas seriam seus empregados devidamente remunerados e legais

perante às leis trabalhistas (contratos, FGTS, férias, etc.). Para um dirigente ultrapassado pelo tempo, todas essas mudanças eram uma afronta ao tradicionalismo do futebol antigo, quando o amadorismo imperava, os clubes não pagavam impostos e os dirigentes não precisavam prestar contas sobre o dinheiro que movimentavam com o futebol. A grande verdade é que, mesmo inconclusa e com algumas brechas, a Lei Zico foi o marco inicial para a tão propalada modernização do futebol brasileiro.

### **2.4.3 LEI PELÉ: Clubes x Atletas**

As falhas e brechas na Lei Zico desencadearam a necessidade de criar um novo projeto de lei para o futebol. Em setembro de 1997, o então Ministro Extraordinário dos Esporte – Édson Arantes do Nascimento (Pelé), encaminhou ao Congresso Nacional um novo projeto com modificações na antecessora Lei Zico. A principal mudança foi na recuperação do controle (parte dele) do Estado sobre as entidades desportivas. Os clubes ainda tinham autonomia para se organizarem, porém agora sob a fiscalização do Poder Público que não permitiria aos clubes arrecadarem fundos de formas alternativas e ilegais perante a lei, forçando-os a se transformarem em empresas. A Lei Pelé também revogou a Lei do Passe, e deixou que o esporte passasse a ser regulado pelas leis do mercado, criando contratos entre atletas e entidades desportivas nos moldes das leis trabalhistas. Ou seja, o atleta ao ter vínculo com o seu clube, passaria a ter direitos comuns a qualquer trabalhador, deixando este livre para mudar de clube quando seu contrato expirasse (FREITAS, 2001).

De acordo com o criador da Lei Pelé, ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal — na época subchefe da Casa Civil para assuntos jurídicos no governo FHC — “a lei encerrou o regime do passe que era de servidão, possibilitando autonomia e autodeterminação das pessoas”. O ministro admite que a lei precisa de aperfeiçoamentos: “Faltam cláusulas transitórias, um regime de transição, para os atletas que ainda não chegaram ao estrelato”. Ou seja, se a lei protege e favorece o jogador que já ingressou no hall da fama, o mesmo não acontece com aqueles que ainda vivem no anonimato (FREITAS, 2001).

O atleta ao começar sua carreira profissional no futebol, depende diretamente de seu clube formador. Ao iniciar suas atividades no clube, o atleta deve sempre dar

preferência a este clube quando assinar seu primeiro contrato profissional e, a partir dos seus 16 anos de idade, o atleta e seu clube detentor devem firmar um contrato com duração máxima de 2 anos, direito este previsto no artigo 29 da Lei Pelé. Neste contrato estão incluídos direitos comuns às leis trabalhistas, tendo este atleta o direito à salários em dia, férias, 13º salário, FGTS, aviso prévio quando estiver indeterminado o período de seu contrato, etc. Em caso deste clube receber uma proposta para transferência de seu atleta para outro clube, uma multa rescisória deve ser paga ao clube detentor do seu passe pela quebra do contrato, deixando este atleta liberado para atuar em seu novo clube.

Esse acúmulo de dinheiro, fruto do passe, não resolveu até hoje, os problemas financeiros do clube, embora as entidades de prática desportiva tenham em seus quadros dirigentes indivíduos muito bem remunerados, tais como os próprios “empresários” que atuam no setor. (FREITAS, 2001).

Os dirigentes dos maiores clubes do país ainda se mostravam insatisfeitos com as mudanças estruturais na lei. Temiam a interferência do Poder Público no futebol e também não aceitavam a transformação de seus clubes em empresas, pois achavam que esta medida iria fazê-los perder o poder político sobre os clubes, federações e torneios. Isto porque a antiga Lei Zico os favoreciam, quando dava autonomia aos clubes para escolher o modo de se organizarem, e também porque não eram mais fiscalizados pelo Estado, podendo angariar fundos providos de qualquer fonte. O interesse na organização de Ligas e torneios paralelos pelos dirigentes dos grandes clubes, também foi um dos pontos derrubados pela Lei Pelé, visto que a CBF voltou a ter o direito máximo sobre a organização dos campeonatos.

Apesar do receio por parte dos dirigentes, especialistas garantiam que a nova lei não iria retirar a autonomia dos clubes a se organizarem, apenas iria induzi-los a se transformarem em empresa, não obrigando. Porém, a Lei deixou claro que as entidades desportivas deveriam relegar suas atividades à sociedades comerciais, o que acabava por, de certa forma, obrigando indiretamente os clubes a serem empresas. Clubes-empresas ou não, a Lei Pelé não deixava muita escolha aos dirigentes: ou se adequavam às leis do Código Comercial (pagamento de impostos) ou seriam impedidos de participar em competições profissionais. Tudo isto tinha um fim, o da fiscalização

direta do Poder Público sobre os clubes, evitando que tratassem o futebol com amadorismo e corrupção (desvio de verbas para o clube). Esta indução dos clubes para virarem empresas, acabou por suprir a lacuna deixada pela Lei Zico, onde não haviam restrições para as formas de captação de recursos pelos clubes. (PRONI, 2000).

Ao final de muita negociação, o projeto de lei foi aprovado com poucas alterações na Câmara e sem alteração no Senado. Sancionada em março de 1998, a “Lei Pelé” (como passou a ser chamada a Lei 9.615/98) reformulou os artigos da Lei Zico referentes ao funcionamento do sistema esportivo profissional, redefinindo o marco que rege o futebol brasileiro. Entre as mudanças mais importantes, dois artigos devem ser destacados: o de número 93, determinando prazo de três anos para o fim do “passe” entrar em vigor; e o de número 94, conferindo aos clubes que participam de competições profissionais prazo de dois anos para se transformarem em empresas (PRONI, 2000).

O grande erro ocorrido na Lei Pelé foi o descuido em não criar um artigo impedindo que vários clubes fossem controlado por uma mesma sociedade comercial. Ou seja, uma multinacional poderia investir e controlar as ações de vários clubes em um mesmo campeonato, o que claramente criaria um cenário de formação de cartéis. A legislação se preocupou tanto em deixar nas mãos do mercado a gerência da modernização do futebol, que acabou esquecendo de limitar as formas que o futebol seria comercializado. (PRONI, 2000).

A CBF e o Clube dos Treze tentaram de todas as formas alterar alguns artigos da Lei Pelé, mobilizando seus aliados no Congresso Nacional. Uma das modificações conquistadas foi a não obrigatoriedade dos clubes em se transformarem em empresas. Porém, o outro desejo dos “cartolas” não se realizou: postergar o fim do “passe” (PRONI, 2000). A Lei do Passe foi definitivamente extinta, gerando “dor de cabeça” para os clubes, que agora teriam dificuldades em manter seus jovens talentos (pois poderiam perdê-los sem ganhar nenhum “tostão” ao fim de seu contrato) e apostar em novos craques, pois o contrato deve ser firmado e os direitos trabalhistas devem ser saldados, independente se o atleta “estourar” no cenário futebolístico ou não. Quanto ao clube se transformar em empresa, a Lei Pelé e o fim da Lei do Passe, especialistas no esporte declaram suas opiniões de forma categórica:

“Quem resiste a esse conceito (futebol-empresa) é quem não quer prestar contas a ninguém, mantendo a contabilidade debaixo do colchão” (MENDES, 2006).

Erdelyi cita o relato do jornalista esportivo Juca Kfoury:

“a Lei Pelé não precisa mudar, os clubes é que precisam se adequar a ela”. Ele lembrou dos tempos da lei do passe, retaliando as críticas dos clubes à Lei Pelé: “a lei do passe sempre foi ilegal, inconstitucional. Fere o direito ao trabalho assegurado na Constituição. Era uma lei escravagista, e agora os senhores dos escravos estão reclamando de não ter mais os escravos”, afirma Kfoury (ERDELYI, 2006).

Em matéria veiculada por um clube de Alagoas em seu sítio da Internet, o advogado Ricardo Innocenti deixa claro o impacto negativo que a Lei Pelé trouxe aos pequenos clubes:

Lei do passe deve ser repensada, afirma o especialista. Clubes que tinham na venda de jogadores sua principal fonte de renda, estão a caminho da falência. A crise financeira vivida pelos principais clubes do futebol brasileiros abriu uma grande polêmica e duras críticas à extinção do passe no futebol. Os clubes, que antes tinham na venda de jogadores uma de suas principais fontes de receita, agora convivem com a rotina de perder seus craques sem nada receber.

De acordo com o advogado especialista em direito esportivo Ricardo Innocenti, da Advocacia Innocenti e Associados, “a única maneira de o clube se resguardar é vendendo o jogador antes do término do contrato ou incluindo cláusulas de compensação”. Para o especialista em Direito Esportivo, “a lei do passe deveria ser repensada. De nada adianta proteger o atleta e acabar com sua principal fonte de emprego, o clube”.

Antes da Lei Pelé, em 2001, os clubes recebiam indenizações pelas transferências de atletas, mesmo após o término do contrato do jogador. O atleta recebia 15% do valor da transação. Os critérios para fixação do valor do passe constavam das resoluções nº 10/86 e 19/88 do Conselho Nacional de Desporto.

Apesar de ser uma fonte segura de receita para clubes e jogadores, considerou-se, na elaboração da lei, que o passe retirava do atleta o direito de escolher onde jogaria e transformava sua força de trabalho em mercadoria comercializada pelos clubes.

Atualmente, por causa da Lei Pelé, que extinguiu a lei do passe a partir de 26 de março de 2001, o atleta pode se transferir no final do contrato sem nenhum bônus ao clube. “Na realidade, uma lei que pretende proteger os jogadores está levando os clubes à falência”.

Hoje, os contratos possuem uma cláusula fixando uma espécie de multa por transferência, definida pelas partes, garantindo ao clube uma indenização sempre que seu atleta for comprado por outro clube ainda durante o contrato. Após seu término, no entanto, o atleta poderia transferir-se livremente sem pagamento de qualquer indenização. (INNOCENTI, 2006).

Na prática, a nova Lei Pelé veio para favorecer os atletas e os clubes de maior porte que possuem um maior estrutura para formar, treinar e estender o contrato de seu atleta por mais tempo, podendo assim lapidá-lo até uma maior valorização de seu passe, e a sua conseqüente negociação para um clube estrangeiro, por exemplo. Mesmo com os “clubes grandes” podendo arcar com as dívidas de manter um atleta treinando, pagar seus salários e despesas em



geral (alimentação, moradia, etc.), a Lei Pelé obriga os clubes a se responsabilizarem por seus “empregados” e subsidiá-los até o fim de seu contrato. Se por acaso o clube não conseguir vender este atleta, ao fim de seu contrato ele pode ir para qualquer outro clube jogar sem qualquer satisfação ao seu clube anterior. É a lei do mercado, onde quem paga mais leva, e o atleta é tratado como um funcionário que, ao vencer seu contrato e este não for renovado, pode procurar outro lugar para trabalhar.

Aplicando esta realidade aos “clubes pequenos”, fica muito difícil para estes arcarem com as despesas de um atleta promissor, mas ainda uma incógnita. Este atleta pode, por exemplo, ser uma grande promessa com 15 anos de idade e o clube pode apostar neste garoto fazendo um contrato de 3 anos (o mínimo exigido pela Lei Pelé) para assim ir formando este atleta. Porém o “clube pequeno” não possui estrutura para ficar mantendo atletas por muito tempo e sem um retorno imediato, e isso acontece devido a vários motivos, dentre os principais: o calendário de campeonatos do futebol brasileiro, que premia a chance deste “clube pequeno” (do interior) ser visualizado pela mídia e empresários de grande porte, somente durante o primeiro semestre quando são realizados os campeonatos estaduais; ao encerrar o campeonato estadual, muitos clubes do interior ficam sem calendário para disputar campeonatos, pois no segundo semestre ocorrem as grandes competições, como o Brasileiro (séries A, B e C) e os sul-americanos (Libertadores e Copa Sul Americana). Os torneios que alguns destes clubes do interior podem disputar, como a segunda divisão do campeonato estadual por exemplo, têm pouca cobertura da mídia estadual, e nenhuma da nacional. Os clubes que já disputaram a primeira divisão do campeonato estadual no primeiro semestre, ou tem a chance de disputar a terceira divisão do Campeonato Brasileiro (devido ao bom desempenho no campeonato estadual), ou ficam inativos de competições até o ano seguinte. Os clubes do interior precisam arrecadar fundos através da venda de atletas, mas com a pouca exposição destes e com a Lei Pelé que permite o atleta ir para outro clube ao fim de seu contrato, o clube de menor porte acaba sem remuneração nenhuma, sobrevivendo apenas de patrocínios e renda de torcedores que vão aos jogos (o que representa uma parcela irrisória do orçamento mensal de um clube). Em conclusão, o clube do interior não se vê em uma situação cômoda para realizar um contrato de 3 anos, sustentar um atleta por esse período e ter um retorno garantido, pois o que promove um atleta é a mídia e a exposição. Sendo assim, o clube tem de vender rápido seu atleta para garantir alguma compensação antes do fim do seu contrato (INNOCENTI, 2006).

### **3.0 METODOLOGIA**

A pesquisa de campo foi realizada através de uma entrevista com sete perguntas, onde a tentativa de detectar as dificuldades dos clubes do interior do Paraná na realidade do futebol moderno, foi o objetivo principal. A entrevista realizada continha as seguintes perguntas:

- 1-) Como o clube se mantém atualmente e como ele se mantinha no passado (patrocínios, apoio da prefeitura, renda, etc.)?

- 2-) Qual a importância dos torcedores na sustentação do clube (renda, venda de produtos licenciados)?
- 3-) Quais são as estratégias de marketing do clube para atrair torcedores e empresários?
- 4-) Como o clube se enquadrou ou pretende se enquadrar ao futebol moderno (futebol empresa) pós Lei Pelé?
- 5-) Quais são as perspectivas futuras do clube (visibilidade estadual e nacional, etc.)?
- 6-) Qual paralelo você faria entre o clube na atualidade e o clube de décadas atrás (títulos, administração, prestígio, etc.)?

Foi entrevistado um dirigente de cada um dos três clubes pesquisados, nomeados a seguir:

- Sílvio Gubert – Presidente do Conselho Deliberativo do Operário Ferroviário Esporte Clube
- Wilson Sangrin – Diretor de Futebol do Londrina Esporte Clube
- Aristides Mossambani – Diretor de Futebol do Galo Maringá Futebol Clube S/A

Estes dirigentes lidam diretamente com as finanças dos clubes, administração de mão-de-obra e estrutura, além de obter relevante conhecimento na legislação do futebol e no histórico do clube. Os três clubes pesquisados foram escolhidos por pertencerem a grandes cidades do interior do Paraná, e por já terem conquistado prestígio e glórias no passado do futebol paranaense, inclusive discretas aparições no cenário futebolístico nacional. Os clubes pesquisados são os seguintes:

- Operário Ferroviário Esporte Clube, da cidade de Ponta Grossa. Este clube foi escolhido para a pesquisa devido à sua história e tradição de 94 anos em atividade no futebol paranaense, passando por muitas fases e mudanças diante do quadro do futebol brasileiro e conflitando com sua realidade modificada após os anos 90, quando amargou anos de inatividade e exclusão da elite do futebol estadual.
- Londrina Esporte Clube, da cidade de Londrina. Clube de extrema tradição com 50 anos de atividade no estado do Paraná, um histórico de títulos e relevante

visibilidade no cenário futebolístico nacional. Após a conquista do seu último título, em 1992, o clube passou, e ainda passa, por momentos de dificuldade em estruturar-se e manter-se financeiramente. Devido à localização natal do clube, uma cidade de grande importância no estado, o clube ainda consegue obter ajuda financeira para sustentar-se e não cair na extinção.

- Galo Maringá Futebol Clube S/A, da cidade de Maringá. Clube fundado no ano de 2005 através de uma parceria entre empresários e ex-dirigentes do antigo clube da cidade, o Grêmio de Esportes Maringá. O Grêmio Maringá também teve em seu currículo alguns títulos e uma grande tradição no futebol paranaense, porém é o exemplo concreto de como as exigências do futebol moderno influenciaram na sua extinção, mesmo sendo um clube com 44 anos em atividade. Devido à importância da cidade de Maringá no estado, e a importância da existência de um clube de futebol para a cidade, esse grupo de empresários e ex-dirigentes reuniram-se e fundaram um novo clube, que já possui a sigla S/A em seu nome, caracterizando-se um clube-empresa tentando enquadrar-se no futebol moderno.

O objetivo da entrevista foi detectar de que forma estes três clubes “desdobram-se” para manter-se ano à ano em atividade no futebol, como será notado a seguir. O problema da pesquisa, que se trata dessa “luta” pela sobrevivência dos clubes, é claramente notado nas declarações dos dirigentes.

#### **4.0 ANÁLISE DOS DADOS**

Ao analisar os três clubes pesquisados, constatei que apenas um dos clubes (Galo Maringá Futebol Clube S/A) se enquadra nas exigências empresariais que determina a Lei Pelé. Mesmo com a alteração da lei para a transformação obrigatória de clubes de futebol em empresas, a Lei Pelé ainda assim, através da nova lei do passe (inclusa na Lei Pelé) e seu prazo obrigatório mínimo de contrato (3 anos), deixa um dilema cruel para os clubes de pequeno porte: ou investe três anos de pagamento de salários e

formação (muitas vezes sem estrutura para formar atletas) desse atleta por este período, e sem a certeza de que terá um retorno; ou o clube não assina o contrato de três anos de duração, mantém este atleta treinando em seu clube até lapidá-lo para ser um craque promissor, e corre o risco de um empresário do futebol ou um clube de maior porte asinar um contrato com este atleta antes do clube detentor e formador, deixando este sem nenhum retorno financeiro. Estes clubes, portanto, perderam autonomia sobre sua maior fonte de renda para sobrevivência: a formação de atletas e sua comercialização para os clubes grandes.

Esta realidade tornou-se rotineira após a modernização do futebol nos anos 90. O Operário Ferroviário de Ponta Grossa, por exemplo, teve seus dias de clube forte somente até 1994, quando foi rebaixado à segunda divisão do Campeonato Paranaense e acabou fechando suas portas temporariamente, devido à dívidas e o reflexo inicial da exigência do futebol-empresa. Após sua “hibernação” no futebol paranaense de 1995 à 2003, tentou-se fundar outros clubes na cidade de Ponta Grossa com diferentes nomes e diferentes dirigentes. Porém estes eram nada mais do que clubes gerenciados por empresários e com fins lucrativos através da revelação de atletas, perdendo aquela identidade do esporte futebol com a alegria e o orgulho da cidade em ter um clube representativo no estado.

Em 2004 o Operário (segundo clube futebolístico mais antigo do Paraná em atividade) tentou reerguer-se através de um projeto de sensibilização do prefeito de Ponta Grossa para resgatar o futebol na cidade. Este apoio do prefeito procedeu por um ano apenas, onde foram investidos 700 mil reais para levantar o clube e reformar o estádio Germano Kruger. Porém o Operário não conseguiu atingir a meta principal para poder voltar ao cenário do futebol: alcançar a primeira divisão do Campeonato Paranaense. O então prefeito da cidade alegou que o poder público não poderia mais ajudar financeiramente por falta de verba. Se atingida esta meta, o clube passaria a disputar a elite do futebol estadual, jogaria contra os clubes grandes e expostos de Curitiba, e assim conquistaria a sua auto-exposição podendo assim atrair empresários investidores, como relatou o dirigente Silvio Gubert em entrevista realizada nesta pesquisa:

Como ainda nós estamos numa segunda divisão, e pra você crescer em termos de vender a marca do clube e licenciar vários produtos em nome do clube, a gente ainda é carente disso daí. Por que? Falta material humano, porque nós temos aqui uma meia-duzia que trabalham. Para ter mais gente, nós temos que investir agora, digamos assim, caso o Operário suba para a primeira divisão, no ano que vem em diante é que a coisa vai aparecer. Apesar que nós temos alguns produtos licenciados. A gente vende ainda? Não, vende muito pouco. Por que? Tanto o empresário, quanto o torcedor, como a própria sociedade, com o desgaste dos últimos anos quando entra uma diretoria e faz um trabalho mal-feito, daqui a pouco deixa dívida e assim por diante, ou tem diretor que vêm aqui só por interesse político, não ter o pessoal, quer dizer, não visando o clube, o que que acontece? Acontece que hoje em dia as pessoas querem ver que realmente a coisa é séria, que não vai continuar e de repente pára tudo e depois volta onde estava, eles querem dar uma continuidade com um trabalho de base, um trabalho sério para depois eles pensarem lá na frente e dizer 'agora vamos prosperar', e é isso que vai acontecer. Hoje as dificuldades que estamos passando são muito grandes, dá até medo. Mas se por acaso a gente subir ano que vem, você vai ver como vai chover de gente querendo aparecer para ajudar.

Em 2005 o Operário já não contava mais com a ajuda do poder público de Ponta Grossa, e passou a sobreviver com a renda de seus torcedores, quando estes compareciam aos jogos, e também com a ajuda de esporádicos patrocinadores. Entretanto disputar uma segunda divisão do Campeonato Paranaense não é considerado nada atrativo para empresários e tão pouco para torcedores, e o clube voltou a passar por dificuldades financeiras, atraso nos salários dos jogadores, e abandono do empresariado da cidade. Com um único patrimônio preservado, o seu estádio Germano Kruger, o Operário carece de um Centro de Treinamento para formação de novos atletas, além de meios para pagar os salários destes. O próprio dirigente do Operário entrevistado relatou que muitas vezes o clube tem de atrasar um mês inteiro de salários para tentar sanar essa dívida no mês seguinte. Com uma tática de marketing simples de atração de torcedores, através do preço barato dos ingressos nos jogos, venda de kits com bonés e camisetas e esporádicos anúncios em outdoors e banners, o Operário ainda depende do torcedor como fonte principal de renda. Vejamos a seguir um trecho da entrevista onde Sílvio Gubert fala sobre as dificuldades do clube em manter-se atualmente:

O que nós estamos sobrevivendo hoje é, tipo assim, 80% da torcida. Daí nós temos um ou outro patrocinador. Só que entre torcida e patrocinador, não cobre a metade do nosso custo. Então como nós estamos fazendo? Estamos fazendo no peito e na coragem. Atrasando um pouco ali, depois paga ali, e assim por diante.

Com relação a Lei Pelé, o dirigente conta que a lei dificultou a situação do clube no quesito “passe do atleta”:

Veja bem, a Lei Pelé complicou no sentido do passe do atleta. Hoje em dia é difícil pra gente formar a base. Porque você está formando a base e já tem alimentação, roupa, hospedagem, departamento médico, tudo pro atleta. Hoje em dia, ou você faz um contrato profissional, por exemplo com um garoto de 15 anos, com registro em carteira de 5 a 10 anos, ou poderia fazer como antigamente quando esperava o garoto chegar até os 18, 19 anos, registrava como profissional mas o passe era nosso. Agora não. Agora chega um olheiro ali, vê o rapaz ali e se ele não estiver registrado certinho, o clube que investiu no atleta desde criança, nas categorias de base infantil, juvenil, júnior, ele perde esse atleta, ele não tem uma garantia. Então a Lei Pelé tem que rever essa parte do passe do atleta.

O dirigente concorda com a transição do clube para “empresa”, mas diz que a administração tem que estar nas mãos de profissionais tanto da área do futebol quanto da parte administrativa, mesmo que o clube tenha de fechar as portas.

Silvio Gubert almeja um acesso à elite do futebol estadual alcançando a primeira divisão, para assim atrair investidores e exposição da mídia, aumentar sua estrutura com a construção de um Centro de Treinamento e manutenção de seu estádio, além da formação de atletas promissores e rentáveis. Somente desta forma poderá tentar arrecadar fundos para um projeto de enquadrar-se no futebol-empresa.

Em 2006 houve um escândalo com o dirigente Sílvio Gubert (entrevistado na pesquisa) sobre a máfia da arbitragem no futebol paranaense, e isto atrapalhou ainda mais os planos do Operário para sua progressão. O clube não conseguiu seu acesso à primeira divisão ainda, e as dificuldades só aumentam. Mantendo-se pela grandeza e a importância da cidade de Ponta Grossa, alguns fiéis torcedores e sua tradição de 94 anos, o Operário espera voltar a orgulhar sua cidade se tomando um dos protagonistas do futebol paranaense novamente, quando lhe foi dada a alcunha de “Fantasma da Vila”, por “assombrar” os grandes clubes de Curitiba quando jogavam em Ponta Grossa.

No Londrina Esporte Clube, a situação foi agravando-se também após 1992, quando conquistou seu último título estadual. Mesmo com o apoio da empresa de telefonia da cidade (Sercomtel) que o patrocina, o clube tem dificuldades para manter um elenco competitivo por ter encerrado uma parceria com uma empresa formadora de

atletas, e por não ter disputado nem sequer a terceira divisão do Campeonato Brasileiro em 2006, torneio em que, até 2005, disputava a segunda divisão. Isto gerou menor visibilidade por parte de empresários e um desânimo por parte de seus torcedores, que já não lotavam mais o estádio em dias de jogos.

Wilson Sangrin, dirigente do clube, relatou na entrevista as formas do clube se manter financeiramente na atualidade e como o clube se mantinha no passado:

O Londrina hoje se mantém com seus patrocinadores. Temos aí um leque de patrocinadores que sustentam o nosso trabalho hoje. Um dos principais patrocinadores é uma empresa que é ligada diretamente à prefeitura de Londrina que é a SERCOMTEL, uma empresa de telefonia aqui da cidade. No passado, além de patrocínios, existia também o Jogo-do-Bicho que já foi aqui em Londrina um dos pilares de sustentação financeira do clube, e politicamente o clube sempre pôde contar com algum apoio. Hoje o nosso maior patrocinador que é a SERCOMTEL investe 50 mil reais, o que é mais ou menos a folha de pagamento mensal do Londrina.

O apoio dos torcedores, que sempre ajudaram o Londrina em sua “época de ouro” lotando o estádio nos jogos do passado, hoje se mostram mais ausentes devido a situação atual do clube, ainda carecem de ver os resultados positivos se concretizarem. De acordo com Sangrin, o torcedor cobre apenas 30% do necessário para a sobrevivência do clube, sendo este um dado estatístico geral do futebol (CARDIA, 2004).

No Londrina em especial, é uma torcida que depende muito de resultados. Se o time tá bem a gente tem um grande número de público, se está mal o público some também dos estádios, disse o dirigente entrevistado.

Além da torcida, o clube espera conseguir investimento e visibilidade através da exposição do clube e de seus patrocinadores na mídia televisiva, onde foi tentado firmar um acordo com a rede de TV Paraná Educativa para a transmissão de seus jogos (em 2005 o Londrina iria disputar a terceira divisão do Campeonato Brasileiro).

Clube de grande tradição no Paraná, e que já conseguiu boa visibilidade no país na década de 80, o Londrina foi mais uma vítima do seu atraso em enquadrar-se nas exigências do futebol moderno, passando a se apoiar somente em seu histórico de glórias do passado e o nome que carrega de uma grande cidade do Paraná. O dirigente

Wilson Sangrin declarou da seguinte forma o que pensa sobre “clube-empresa” e os planos do Londrina:

A gente tem a visão de que o clube que quiser ser sério e quiser ter uma vida maior, ele vai ter que se enquadrar, ele vai ter que ser clube-empresa. O Londrina está passando agora por um processo de planejamento estratégico, com a visão voltada para isso aí. Nós vamos, durante 10, 15 anos, redirecionar a maneira de administrar o clube, se tornando um clube-empresa.

A exemplo da maioria dos clubes do interior do Paraná, o Londrina tenta atrair visibilidade (o que ainda têm por participar da primeira divisão do campeonato estadual) de empresários e formar atletas pra sua sobrevivência financeira. O clube tem a filosofia de investir nas categorias de base, tradição que sempre andou ao lado da história do Londrina. Porém nos últimos 5 anos este trabalho não foi realizado no próprio clube, e sim através de uma parceria com uma empresa chamada Londrina Junior Team. Esta parceria encerrou no final de 2004 e o Londrina retomou para si este trabalho de formação de atletas, trabalho este que o dirigente espera que resolva todos os problemas do clube para um planejamento futuro:

Criando jogadores e botando isso no mercado, assim a gente acha que pode recuperar o tempo perdido que o Londrina deixou.

Nota-se claramente na prática, como o atleta de futebol é considerado uma “moeda de comércio” indispensável para a sustentação e a salvação de um clube em dificuldades. Ainda nesta esteira da relação “atleta x clube, o Londrina também transpareceu as dificuldades que a Lei Pelé causou no âmbito do “passe” do atleta. Mesmo reconhecendo que o clube demorou para identificar as demoras que o futebol estava projetando, Wilson Sangrin lamentou a implicação da Lei Pelé sobre a posse do clube sobre seus atletas:

A Lei Pelé tirou a força que o clube tinha em cima do atleta, em cima do produto que ele tem pra comercializar. Com essa vulnerabilidade, o clube deixou de ter os jogadores ou não soube cuidar muito bem desse patrimônio, e tá passando como todos os clubes que demoraram a acordar. Não que o futebol tenha piorado, o futebol tem melhorado em termos de negócios e existe um mercado (...), mas o Brasil tem que entender que num contexto mundial ele é fabricante, ele é produtor de atleta e de jogadores. A maioria dos clubes que não entendeu essa realidade tem sofrido muito com isso.



Mesmo com as dificuldades, o Londrina ainda é um dos maiores clubes do Paraná, oriundo de uma grande e importante cidade do interior. A situação do clube neste ano não mostrou uma mudança radicalmente positiva, mas através de suas parcerias empresariais, sua torcida e seus dirigentes, o clube espera voltar a protagonizar no futebol do Paraná.

O Galo Maringá Futebol Clube S/A é dos três clubes pesquisados, o único que está enquadrado no futebol-empresa. Um clube de capital aberto que se mantém com o financiamento de empresários que criaram um planejamento à longo prazo que consta dos seguintes pontos: acesso à primeira divisão do Campeonato Paranaense (já alcançado em 2005), manutenção na primeira divisão, e eventualmente a disputa dos Campeonatos Brasileiros da terceira divisão, e subseqüentemente da segunda divisão. Sucessor do antigo Grêmio de Esportes Maringá, o Galo Maringá é um novo clube fundado em 2005 que tem um projeto de 10 a 20 anos de estruturação do clube, formação de atletas com a construção de um Centro de Treinamento, e o alcance de vãos maiores dentro dos torneios estaduais e nacionais. Com todos seus salários em dia, e todas as responsabilidades fiscais supridas, o Galo Maringá não pretende seguir as desordenadas administrações passadas do antigo Grêmio Maringá. Este clube que conquistou três títulos estaduais e já disputou a elite do futebol brasileiro, além de sempre ter ajuda do poder público e de empresas da cidade de Maringá, foi um dos maiores exemplos da estagnação causada pelo futebol moderno pós anos 90. Isso ocorreu devido à modernização do futebol e a Lei Pelé com suas implicações profissionais de mercado. Os patrocinadores não mais ajudavam o Grêmio Maringá após o fim dos campeonatos, pois não havia mais exposição da marca através da mídia.

Após ser rebaixado para a segunda divisão do Campeonato Paranaense, o Grêmio Maringá sofreu com péssimas administrações que culminaram em sua extinção em 2004, após várias dívidas tributárias. A exemplo do que fez alguns outros clubes do interior do Paraná que decretaram falência, a cidade de Maringá teve outros clubes criados com CNPJ's diferentes e dívidas teoricamente zeradas. Porém com a lei de responsabilidade fiscal e a Lei Pelé em vigência, estes clubes não conseguiram saldar (e nem camuflar) as dívidas do passado e extinguiram-se.

O Galo Maringá é uma nova aposta para a cidade de Maringá ter novamente um clube competitivo e à altura de sua importância no estado do Paraná. Aristides Mossambani, diretor de futebol do Galo Maringá, contou na entrevista o que é o Galo, e quais são os meios de sustentação do clube:

O Galo Maringá Futebol Clube S/A é uma empresa de capital aberto, que a sua sustentação hoje é através dos integrantes da S/A, que vem mantendo o clube e toda sua estrutura. Mas é um clube novo que nasceu este ano de 2005, em que está disputando a Série Prata (Campeonato Paranaense) para buscar uma das duas vagas para a Série Ouro (Campeonato Paranaense) de 2006, e é um clube que nasceu de última hora para suprir uma lacuna do futebol profissional de Maringá. O grupo que hoje está no Galo Maringá, é o mesmo grupo que em 2000 e 2001, colocou o Grêmio Maringá na primeira divisão (Campeonato Paranaense), e depois estes grupo se afastou da direção do clube e nos dois anos seguintes ele (Grêmio Maringá) voltou à segunda divisão. Então agora, pra ocupar este espaço do futebol que é de muita importância para a cidade de Maringá no fator sócio-econômico, se reuniu um grupo e criou essa S/A com um projeto de 10 a 20 anos para criar sua estrutura, um Centro de Treinamento para produzir também os seus próprios atletas.

Com a filosofia de pagar seus atletas em dia para que estes possam ter uma projeção de vida, sustento próprio e de sua família, o Galo Maringá se tornou-se um dos primeiros clubes no Paraná com uma visão empresarial e profissional do futebol.

Com relação à reconquista do torcedor, que por muitos anos lotou o estádio Willie Davis para apoiar o antigo Grêmio Maringá, o dirigente declarou que as incidências do passado afastaram o torcedor. Mesmo com o torcedor de Maringá desacreditado, com este novo projeto da S/A, o Galo espera trazer de volta ao estádio a sua torcida e fazer com que estes sejam um dos suportes de sustentação do clube. Segundo Aristides Mossambani, a diretoria busca hoje seguir todas as exigências do futebol moderno, como explica o dirigente:

Hoje é uma diretoria de total transparência, haja visto por ser uma S/A, que tem por obrigação tomar público os seus atos e ainda oficializar em jornais. Essa transparência é que vai fazer a gente novamente cativar os torcedores, e também o resultado dentro de campo.

Uma outra estratégia de marketing muito rentável do clube foi a compra de jogos do Paraná Clube contra os grandes times de São Paulo (Corinthians, São Paulo, Santos e Palmeiras), levando estes jogos para a cidade de Maringá. O Galo Maringá pagou ao Paraná Clube 200 mil reais por cada uma das partidas e ainda foi o detentor

integral da renda de público. O retorno foi além das expectativas, com todos os jogos lotados e ainda com a exposição da marca Galo Maringá, que expôs sua marca impressa nos ingressos destes jogos, mostrando à todos os torcedores que foi o responsável direto pela realização das partidas na cidade. Um dia após esta entrevista foi realizado o primeiro jogo desta parceria, entre Paraná Clube x Corinthians. O dirigente explicou o porquê da parceria e o objetivo desta tática de marketing do Galo:

Amanhã vai estar aqui no Willie Davis jogando o Corinthians e o Paraná (Clube), que já é uma promoção do Galo Maringá, que comprou os direitos desses jogos numa parceria com o Paraná Clube (...), para buscar essa reestruturação. Porque hoje é muito difícil de se buscar patrocínio, então é em cima do próprio futebol que nós temos que viabilizar esta questão. Mas o clube têm um planejamento (...) para estar entre os maiores clubes do Brasil.

A questão da Lei Pelé também foi criticada pelo dirigente, que acredita que os clubes foram prejudicados pela mesma:

A Lei Pelé tem seus pontos positivos mas para os clubes é muito negativa. Mesmo porque você faz um contrato com um jogador, que é o limite máximo de 5 anos, às vezes um garoto você 'joga no escuro', porque ele pode sobressair ou não. É uma mercadoria que você vai jogar em estoque com pensamento futuro, se vai dar certo ou não. Não existem soltos por aí vários 'Robinhos' e tantos outros jogadores, nós temos centenas de clubes no Brasil e são poucos que se despontam, a nível nacional, para ter uma comercialização internacional. Então a gente sabe das dificuldades e a gente vem trabalhando, mas o clube com certeza vai investir a partir do ano que vem, se nós conseguirmos chegar à primeira divisão ou à elite do futebol, maciçamente nas categorias de base. Nós precisamos buscar o nosso produto dentro de casa e não fora. E com certeza a nós vamos estar atentos e organizados pra cumprir todos os delineamentos da Lei Pelé, mas eu acho que isso deve haver uma mudança porque só favorece o empresariado, que hoje está financiando alguns jogadores e os lucros estão ficando pra eles. Mesmo o clube futebol-empresa que hoje é o Galo Maringá, no fundo está sendo prejudicado pela Lei Pelé. Nós precisamos lutar para que os clubes sejam os verdadeiros detentores e procuradores de todo e qualquer atleta.

Mais uma vez torna-se claro o sentimento de revolta dos clubes com a questão do "passe" de seus atletas após a Lei Pelé. Mesmo sendo esta a realidade das leis do mercado, onde o lucro e a organização de contratos vem em primeiro lugar, os clubes de futebol estão demorando para se adaptar a essa realidade. Eles exigem mudanças na lei.

O Galo Maringá, fundado no início de 2005, e já tendo que brigar com a Federação Paranaense de Futebol para poder participar do Campeonato Paranaense do mesmo ano, teve de montar uma equipe às pressas para esta disputa. Esta montagem da equipe em última hora deu resultados imediatos. Em seu primeiro ano disputando o Campeonato Paranaense, conquistou o título da Série Prata (segunda divisão) e se manteve na Série Ouro (primeira divisão) em 2006. A resposta do público foi muito positiva, lotando o estádio e consumindo a marca Galo Maringá, mesmo com o pouco atrativo que uma segunda divisão do campeonato estadual possui. Como o futebol se baseia em resultados, tudo deu certo para o clube em seu primeiro ano, e a tendência do Galo é ser exemplo de organização e planejamento para os demais clubes do interior do Paraná.

## **5.0 CONCLUSÃO**

Após quase 8 anos de Lei Pelé, com seus prós e contras, é gritante a disparidade entre os grandes clubes da capital e os clubes do interior em matéria de desenvolvimento financeiro e estrutural. Os pontos positivos da Lei Pelé e das mudanças do futebol, se caracterizam pela “obrigatoriedade” dos clubes a se auto-organizarem profissionalmente, pela responsabilidade de transparecer suas contas e serem penalizados pelas leis competentes em caso de dívidas (antigas ou atuais) e falta com a responsabilidade fiscal, além da valorização do atleta que tem o direito de se transferir para qualquer clube assim que seu contrato terminar. Os pontos negativos da modernização implicam-se diretamente sobre os clubes de menor porte, que não possuem recursos financeiros e estruturais para adequarem-se às leis do mercado, e ainda perdem o seu principal meio de arrecadação de dinheiro que é a venda dos atletas.

Através da análise das entrevistas e da observação da realidade dos clubes pesquisados, é visível a falta de uma preparação mais profissional para se administrar um clube de futebol nos dias atuais, principalmente em clubes de menor porte. Com filosofias herdadas dos tempos amadores do futebol, os clubes do interior ainda tentam

arrecadar sua verba através da revelação e venda de atletas como forma principal, mesmo com as dificuldades apresentadas pela Lei Pelé com questão ao “passe” dos jogadores. Basta observar que dois dos três clubes pesquisados (Operário e Londrina) passam por dificuldades financeiras, e não conseguem atingir seus objetivos dentro de campo. O outro clube (Galo Maringá) teve de ser criado “0 km” em 2005 para começar da estaca zero tentando sobreviver no futebol moderno e mercantilista.

Os três clubes pesquisados provêm de grandes cidades do interior do Paraná, possuem um grande quorum de torcedores passíveis de serem atraídos, mas não conseguem fazê-lo devido ao desinteresse destes torcedores pelos clubes de suas cidades de origem. É muito mais atrativo assistir os jogos dos grandes times do Brasil pela televisão. Este desinteresse surge por causa da desconfiança dos torcedores sobre uma continuidade séria do trabalho dos dirigentes, além da óbvia e escassa exposição na mídia dos clubes interioranos em comparação aos grandes clubes do país. Os clubes do interior do Paraná que, por muitos anos equipararam-se a alguns dos grandes clubes de Curitiba e do Brasil, ficaram atrasados com relação à modernização e ao profissionalismo que tomou conta do futebol a partir dos anos 90. Isto é muito visível ao analisar-se a história dos três clubes (no caso do Maringá observa-se o extinto Grêmio Maringá) onde percebe-se que todos eles passaram a mostrar dificuldades financeiras e não mais realizaram grandes campanhas após os anos 90. Pode-se constatar que a modernização do futebol influiu muito nesta realidade, mas também a falta de preparo dos dirigentes destes clubes para com essas mudanças foi decisiva para a decaída de produção. A mídia chegou em uma avalanche impressionante, junto com a mídia veio o mercado investidor no futebol, as leis do futebol que passaram a induzir os clubes a virarem empresas e se adequarem às leis do mercado, a perda do direito ao passe dos clubes com seus atletas após o término do contrato, a falta de interesse dos torcedores, o amadorismo dos dirigentes. Todos estes fatores evidenciam que o futebol no interior do Paraná não conseguiu mais se reerguer, e que hoje seus clubes se mantêm às duras penas para conseguir ter calendário de jogos ano à ano. Alguns clubes tentam enquadrar-se na nova realidade (um pouco tarde), mas atrair novamente seus torcedores para os estádios pode levar muito tempo

para acontecer. Enquanto isso a venda de atletas, mesmo sem a Lei do Passe, continua sendo o pilar de sustentação mais concreto dos clubes do interior.

De todas as formas, é louvável a luta destes clubes para tentar inserir o nome de suas cidades no cenário estadual e nacional através do esporte que gera milhões e paixões, por ser o número um do Brasil.

Mesmo não observando a realidade de todos os clubes interioranos do estado, ao pesquisar três dos maiores clubes da história do Paraná, pode-se ter uma idéia de como o profissionalismo ainda está longe de sensibilizar os dirigentes do futebol. De todas as formas, é louvável a luta destes clubes para tentar inserir o nome de suas cidades no cenário estadual e nacional através do esporte número um do Brasil que gera milhões e paixões.

## 6.0 REFERÊNCIAS

BUDOLLA, MARCELLO DA SILVA, 1999. **Gol! A Emoção Aliada aos Negócios**. Curitiba, PR

PRONI, MARCELO WEISHAAPT, 2000. **A Metamorfose do Futebol**. Campinas, SP: UNICAMP

MATEUS, J, 1994. **LEC 40 anos: do caçula ao gigante**. Tubarão. Londrina, PR

CARDOSO, Francisco, 1977. **História do Futebol Paranaense**. Curitiba, PR

CARDIA, Wesley, 2004. **Marketing e Patrocínio Esportivo**. Porto Alegre, RS

**História do Futebol Paranaense**. Disponível em <http://www.futebolpr.com.br>. Acesso em 09/2006.

**História do Operário**. Disponível em: <http://www.operario.com>. Acesso em 08/2006.

**Galo Maringá Futebol Clube S/A** – História. Disponível em: <http://www.galomaringa.com.br>. Acesso em: 09/2006.

MENDES Gilmar citado por ERDELYI, Maria Fernanda. Futebol nos Tribunais. Disponível em: <http://conjur.estadao.com.br/static/text/35061,1>. Acesso em: 22/09/06

INNOCENTI, Ricardo. **Advogado especializado em direito esportivo da Advocacia Innocenti e Associados.**

Disponível em: <http://www.corinthiansalagoano.com.br/Noticias.php?c=944>. Acesso em: 17/10/06

FREITAS, Carlos Eduardo. **O Fim da Lei do Passe e Seus Efeitos.**

Disponível em: <http://www.pt.org.br/assessor/leipasse.htm>. Acesso em: 19/03/2001

GRANDA, Ives. **A Lei Pelé e os Problemas do Passe Livre.** Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_19/Artigos/IvesGandra\\_rev19.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_19/Artigos/IvesGandra_rev19.htm). Acesso em: 16/10/06.

BRUGSTOLINI, Luciano. **O passe é livre?** Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 4, nº 156.

Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=971> Acesso em: 17/10/2006

SESMA, Edson. **Revista Consultor Jurídico.** Disponível em:

<http://conjur.estadao.com.br/static/text/2882,1>. Acesso em: 12/10/2003

ASSAF, Andréa. **Revista Istoé** de 25 out. 1999. Disponível na Internet:

<http://www.terra.com.br/istoe/1582/economia/1582futebol.htm>. Acesso em: 24/08/06

ERDELYI, Maria Fernanda. **Futebol nos Tribunais.** Disponível em:

<http://conjur.estadao.com.br/static/text/35061,1>. Acesso em: 12/10/06